# Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria (1990/2002)*

*Kamilla Raquel Rizzi***

**Resumo.** O artigo traz reflexões a respeito das relações Brasil-Angola no período compreendido entre os anos de 1990 e 2002, através da análise de dois subsídios que orientam o teor desses contatos no período pós-Guerra Fria: os condicionantes internos influíram de modo determinante nas respectivas ações externas. Assim, pela relevância da adaptação por que passaram esses contatos bilaterais, o trabalho distingue essas relações bilaterais entre *diretas* e *indiretas*, estas últimas efetivadas pela via multilateral, notadamente no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira. Relações Brasil-Angola. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

## Introdução

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência da República Popular de Angola, sob o

* Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado defendida pela autora no Programa de Mestrado Interdisciplinar de Relações Internacionais da UFRGS.
** Professora de Relações Internacionais da Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul/RS (FAACS) e Pesquisadora Associada do NERINT-UFRGS. E-mail: kamillarizzi@hotmail.com

Governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), concretizou e assinalou o marco do estabelecimento das relações Brasília-Luanda. A instalação de uma Representação Especial em Luanda, antes mesmo da independência daquele país, retrata o interesse brasileiro pelo país africano.[1] Esse reconhecimento veio fortalecer a efetividade das relações bilaterais, que conheceram o auge, especialmente nos termos de intercâmbio comercial, entre os anos de 1970 a 1990. Data da década de 1980 o Acordo de Cooperação que passou a sustentar a cooperação bilateral nos anos 1990.[2] Nesse mesmo direcionamento, com o objetivo de facilitar as relações comerciais entre os dois países, foram introduzidos os contratos de *countertrades*, ou seja, foi firmada a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros. Santana, ao citar Fonseca, argumenta que :

> [...] a grande motivação político-econômica que permite justificar as operações de *countertrades* é exatamente uma função de utilizar a capacidade ociosa que existe no país em desenvolvimento. E dois motivos básicos justificam a operação: 1) para o *countertrade s*e justificar é necessário que existam dois parceiros com escassez de divisas para pagar em moeda não forte. 2) existir bens e serviços excedentes e que encontram demanda potencial no outro [...] (FONSECA *apud* SANTANA, 2003, p. 169).

Entre os anos 1990 e 2002, no entanto, essas relações bilaterais experimentaram uma adaptação aos cenários que se desenharam. Paralelamente à instabilidade da situação internacional, configuravam-se os respectivos cenários internos, que divergiam quanto aos interesses nacionais e às prioridades que eram impressos às respectivas políticas externas.

O presente artigo busca, dessa forma, analisar qual o teor das relações entre Brasil e Angola no período em questão, levando-se em conta, por um lado, os constrangimentos internos e externos e, por outro, a conseqüente adaptação sofrida por essas relações, o

que ocasiona, neste momento, a análise das relações intra-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A política externa brasileira, não somente para Angola mas para a África em geral, é um tema ainda pouco explorado, principalmente pelo lugar restrito que o continente tem ocupado na agenda externa brasileira. Ressalvando algumas exceções, como os contatos com a África do Sul e Angola, a presença brasileira na África constitui uma lacuna que deve ser sanada pelos futuros governos brasileiros. A própria relação triangular Portugal-Brasil-África deve ter sua relevância retomada, pois, como afirma Costa e Silva, não se pode "escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana" (COSTA e SILVA, 2005, p. 54).

## Condicionantes internos e política externa

No imediato pós-Guerra Fria, o Brasil entrou, em termos parciais, num ciclo neoliberal, que iniciou com o Governo do Presidente Fernando Collor de Melo. As medidas reformistas (abertura unilateral do mercado interno e privatizações de empresas estatais), que sintonizavam com os quesitos estabelecidos pelo Consenso de Washington, tiveram como uma de suas conseqüências a mudança da base de prioridades da política externa que até então era praticada. O teor desenvolvimentista teve sua relevância diminuída, em prol, por um lado, de uma busca pelo maior atrelamento a países do Norte, especialmente os EUA; e, por outro, do desenvolvimento de políticas regionais, dentre elas, o MERCOSUL.

O anterior entendimento do cenário internacional, baseado nas relações Sul-Norte, foi trocado pela predileção pelas relações multilaterais. Isso ocasionou o progressivo encolhimento das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento, à exceção dos seus vizinhos da América do Sul. Logo, a gestão do Chanceler Francisco Rezek também deu prioridade para acelerar o processo de formação do MERCOSUL (criado em 15 de março de 1991,

mediante o Tratado de Assunção), quando foi modificada a sua estrutura inicial (de cooperação), para os objetivos que se relacionavam às premissas neoliberais.

Em abril de 1992, assumiu o Ministério das Relações Exteriores Celso Lafer, numa tentativa de o Governo Collor de Melo redimensionar a atuação externa brasileira e reequacionar a sua imagem, que já estava desgastada interna e externamente.

O Governo Itamar Franco buscou reverter esse quadro, ao anunciar uma retomada do *desenvolvimento* na agenda externa brasileira, sobretudo no que se referisse aos "círculos de geometria variável" (expressão utilizada pelo Chanceler Amorim): um em direção à América do Sul; e outro em direção ao Atlântico Sul. Durante esse Governo, o principal objetivo da política externa foi o de revalorizar a presença do Brasil no cenário internacional, a partir de foros multilaterais (especialmente a Organização das Nações Unidas), e a partir, também, da integração regional.

O Itamaraty voltou a ocupar a centralidade na formulação da nova estratégia de inserção internacional do Brasil. Canani afirma que, nesse ponto, houve uma retomada das posições tradicionais da diplomacia brasileira, em especial, na gestão de Celso Amorim, uma vez que:

> [...] a autonomia do Itamaraty na formulação da política externa não repousa em garantias constitucionais, mas num reconhecimento tácito da autoridade da Casa [*o Itamaraty*] no tratamento das questões internacionais. Por esse motivo, a autonomia desse órgão depende diretamente do presidente, que pode simplesmente eliminar a prerrogativa de formulação do conjunto de funções do Ministério [*das Relações Exteriores*]. [...] Assim, o Itamaraty ganha maior autonomia na formulação da política externa do governo Itamar, o que implica [...] certa delegação de poder, essa não se dá nas condições de pressão que atingem a área econômica, mas antes por uma certa 'afinidade de pontos de vista', [...] com o pensamento da Casa. (2003, p. 81).

No âmbito das relações com os EUA, o Brasil buscou manter o relacionamento bilateral, sem deixar de destacar, no entanto, a relevância da América Latina, particularmente a América do Sul. Nesse rumo, o aprofundamento do MERCOSUL era prioritário, mesmo em plena crise econômica enfrentada por seus membros. A própria iniciativa de se estabelecer uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em 1993, reveste-se de significado político, pois ela revela a preocupação do Brasil com a região amazônica, quando reiterou aos EUA a busca por uma ascensão regional.

Por sua vez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso buscou alcançar um 'meio termo' entre as políticas externas dos dois governos antecessores. Contudo, ele acabou por dar à agenda externa brasileira um caráter de diminuição da autonomia do país, mediante a transferência das funções econômicas do Ministério das Relações Exteriores para a Pasta da Economia, com o exercício da *diplomacia presidencial*. A política externa dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso esteve direcionada ao aprofundamento da integração regional, à diversificação das relações bilaterais do Brasil com os países do Norte e à participação em organismos multilaterais, desta vez, em especial, os econômicos.

Assim, as relações entre Brasil e Angola, no período, devem ser entendidas à luz do pressuposto de que o direcionamento da política interna de um país tem conseqüências diretas na articulação da política externa desse mesmo país. Não se deve perder de vista, nesse sentido, que *internacional* e *nacional* são faces complementares da questão das relações de poder do Estado, no âmbito das Relações Internacionais e da Ciência Política, respectivamente. Canani lembra que não se pode ignorar:

> [...] que cada área possui uma problemática própria, tendo em vista a singularidade da política externa dos Estados em relação à sua política interna. As questões colocadas pelos dois campos [*Relações Internacionais e Ciência Política*] são diferentes, uma vez que a inserção internacional dos Estados se

> processa numa arena distinta daquela em que se dão os jogos de poder da política doméstica. (CANANI, 2003, p. 02).

O *internacional,* segundo Halliday (1999, p. 22), é integrado por três elementos-chave: o interestatal, o transnacional e o sistêmico. O autor parte do princípio de que os Estados relacionam-se como atores unitários na comunidade internacional; por seu turno, a óptica do *nacional* pressupõe a base das relações entre o Estado e a sociedade.

Neste trabalho, se atribui ao *internacional* o nível político no qual não há autoridade, muito menos centro de poder; este se consubstancia no Estado, no âmbito *nacional*. Brucan afirma que as limitações e coerções, na esfera internacional, não são impostas por um centro de autoridade e de poder, mas sim, por

> [...] uma *relação* de poder, por considerações de riscos e de caráter moral, religioso ou ideológico. Nisso consiste a característica fundamental da política internacional [...] chegamos à conclusão de que, assim como a desigualdade social é a raiz da política na sociedade, assim a desigualdade nacional é a raiz da política no cenário mundial; [*chegamos à conclusão*] de que o Estado, como personificação moderna da política, serve como instrumento do domínio social dentro da sociedade e como instrumento da nação no cenário mundial; por último, a política de um determinado Estado reflete a fusão das duas categorias de interesse. (1974, p. 113-114) (Grifo nosso – Tradução da autora).

Identificada, assim, a necessidade de compreender a relação entre o *nacional* e o *internacional*, segue-se rumo à análise sobre como se dá esse relacionamento, desde os seus correspondentes, *política interna* e *política externa*. O debate pode-se desenvolver pelo âmbito da autonomia (ou não) da política externa em relação à interna; da preponderância da última sobre a primeira. Porém, convém repetir que "...não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna" (DUROSELLE, 2000, p. 56). Isso

vale tanto para os atos mais importantes dos Estados, quanto para as manifestações cotidianas da vida internacional. Nessa direção, Milza defende que "...não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas [*há*] interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo" (1996, p. 370).

Uma noção mais precisa sobre a *política interna* relaciona-se à atuação do Estado frente à sua população, ao seu território, ao seu governo, com vistas a assegurar a sua soberania e o reconhecimento pelos demais atores. Por sua vez, a *política externa* é, aqui, entendida com base no modelo interativo de formulação de política externa, tal como foi proposto por Maria Regina S. de Lima, que a situa no patamar das relações entre os Estados, porém dependente das forças sociais, políticas e econômicas, no âmbito doméstico (1994, p. 28).

Diante desse referencial, a situação política interna evoca a formulação e a execução de uma política externa específica. No caso brasileiro, adota-se o conceito empregado por Araújo Castro (1982, p. 206), segundo o qual a *política externa* é o conjunto de diretrizes que o país teria historicamente levado a efeito nas suas relações com os outros Estados. Tais diretrizes envolveriam, dentre outros, princípios como o da igualdade soberana das nações e o da não-intervenção. Além disso, esses princípios seriam alterados ao longo do tempo, conforme a circunstância e o contexto histórico vivenciados.

Há, ainda, uma variável importante: a *política internacional*, que é caracterizada, pelo mesmo autor, como a definição de uma posição do Estado "...frente aos problemas do mundo contemporâneo", a partir da qual ele estabelece as orientações a serem seguidas pelo país, diante de cada contexto que a ele se apresenta. Um campo de atuação principal seria o das organizações internacionais, em especial as Nações Unidas; e o objetivo delas seria "remover quaisquer obstáculos que possam oferecer-*se* contra o *seu* pleno desenvolvimento econômico, tecnológico e científico" (CASTRO, 1982, p. 206).

Cada conexão possível entre as políticas interna e externa (esta associada à política internacional) poderá ser explicitada, exclusivamente, por meio de uma análise das condições que afetam cada uma das dimensões do poder estatal, num determinado período. Desse modo, o *nacional* e o *internacional* sempre estarão relacionados entre si, com diferentes graus de interação, conforme a conjuntura histórica e os Estados envolvidos na questão específica.

Desse modo, a identificação das mudanças na inserção internacional de um país, ao longo do tempo, também assume papel relevante na análise da política externa desse mesmo país. Nesse sentido, os condicionantes externos das relações Brasil-Angola se referem à constituição da última década do século XX: inaugurada com a aceleração do processo de desagregação do campo soviético, culminou com o colapso do regime socialista no Leste europeu e na URSS. Esse evento teve repercussões imediatas no sistema internacional, uma vez que ele deu cabo da bipolaridade (elemento central da Guerra Fria), que tão marcadamente caracterizou o mundo pós-Segunda Guerra Mundial. Acrescidos a isso, os processos de globalização e de disseminação do ideário neoliberal, na América Latina, configuraram o período de 1990 a 2002 como sendo de uma fase de reordenação internacional, a partir de uma reestruturação econômica e política.

Complementarmente, por *condicionantes internos* se entendem aqueles constrangimentos que as respectivas políticas nacionais sofreram no período, as quais acabaram por remodelar os contatos bilaterais. No caso brasileiro, a redemocratização iniciada com o governo Sarney (e efetivada no governo Collor de Melo), acompanhada de uma abertura econômica calcada no Consenso de Washington, redirecionou a inserção brasileira no sistema internacional: privilegiaram-se, na maior parte da década de 1990, as relações com os países do Norte desenvolvido, em detrimento das relações horizontais (Sul-Sul).

Pelo lado angolano, o prosseguimento da guerra civil, no período, forçou o governo a reformular a agenda externa, no sentido da resolução da caótica situação interna. A política externa angolana, como conseqüência da guerra civil, esteve direcionada para ajudar o regime a aumentar sua capacidade de vitória no conflito civil. Dessa forma, para atingir esse objetivo Angola procurou, notadamente, proteger o contato com seus aliados regionais e o apoio de alguns aliados internacionais, como primeiro passo para a resolução de seus desafios internos. Isso se torna claro através da análise das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas à guerra civil angolana: o Brasil manteve firme seu apoio na organização pelo fim do conflito.[3]

Em relação ao comércio exterior, os dados do período estudado levam ao entendimento de que houve uma acentuada queda nas exportações brasileiras para Angola. Ribeiro afirma que:

> A crise econômica internacional que se registra neste período é particularmente profunda na África, levando os mercados africanos a se tornarem cada vez mais reduzidos. Com a elevação das taxas de juros (de cerca de 3 a 4% em 1973, para 22 a 23% nos anos 1980), decai significativamente o interesse brasileiro pelo continente africano. (2007, p. 14).

Devido a esses condicionantes internos, as relações Brasil-Angola experimentaram uma mudança de intensidade. No que se refere à África em geral, entende-se que os anos pós-Guerra Fria foram marcados por um declínio sistemático do contato brasileiro, principalmente no âmbito das relações comerciais, como adiante será considerado. No entanto, e apesar desse declínio, a política externa brasileira fez "opções seletivas" (SARAIVA, 1996, p. 223) diante do continente africano, tendo se voltado, principalmente, para a África Austral. O autor indica que:

> [...] a política africana [do Brasil] não morreu, mas [...] fez opções menos continentais para se concentrar na região austral da África. A África do Norte e a África negra perderam seus lugares para as novas possibilidades criadas com os novos contextos produzidos na África Austral. (SARAIVA, 1996, p. 224).

Desse modo, Angola continuou a fazer parte de uma linha de ação da política externa brasileira, não obstante esses constrangimentos (internos e externos). As relações entre os dois países deram-se, assim, a partir de duas direções distintas, porém complementares entre si, e integrantes de uma mesma conjuntura internacional. Para melhor entendimento e análise, convencionou-se, neste estudo, distinguir as relações bilaterais entre *diretas* e *indiretas*.

As *relações bilaterais diretas* devem ser entendidas como aqueles contatos nos quais não há intermediário, uma vez que se caracterizam por haver um contato imediato, sem intermediários. Essas relações foram concretizadas pelo contato diplomático direto, mediante as delegações de cada país e as mútuas visitas de Chanceleres e Presidentes. Essas relações podem-se referir ao comércio, às finanças, à cultura. Elas podem ser até mesmo político-militares, levadas a efeito por meio de acordos, tratados, declarações etc. Segundo Duroselle, esta seria a *estrutura clássica da diplomacia*, na qual as relações caracterizar-se-iam como *diplomáticas fixas*, chegando ao patamar do desenvolvimento de *negociações de alto nível*. (2000, p. 265-279).

Por outro lado, as *relações bilaterais indiretas* são, aqui, retratadas como aquelas que se concretizam mediante o auxílio de um intermediário, ou seja, com um outro meio que possa facilitar (ou não) as relações. O meio intermediário comentado neste estudo é tido como a via multilateral, especificamente caracterizada pelas organizações internacionais, que são consideradas organizações representativas dos interesses conjuntos dos Estados-membros, na busca de soluções para questões internacionais específicas, além

de praticar a própria diplomacia tradicional. Pecequilo visualiza essa questão destacando que essas organizações "converteram-se em canais e redes de comunicação entre os Estados, facilitando sua atuação conjunta e a perseguição de interesses e objetivos comuns". (PECEQUILO, 2004, p. 67).

Esse novo desenho faz com que as organizações internacionais tendam a se transformar em ambiente propício ao estabelecimento e ao desenvolvimento de relações concretas entre os Estados-membros; além disso, eles podem ditar os parâmetros de atuação e os limites desses, a partir das respectivas Cartas constitutivas. No presente estudo, foi eleita, no âmbito regional, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrante recente do espaço de dimensão atlântica da política externa brasileira. Sua relevância tem se mostrado gradual no sistema internacional, principalmente quando se acredita que as relações triangulares (Brasil-África-Portugal) devam ter sua análise e estudos retomados.[4]

## Relações bilaterais diretas

No início de 1990, uma missão multissetorial de Angola veio ao Brasil para conhecer a competência brasileira nas áreas de transportes, comunicações e energia. No mês de março daquele ano, o Presidente angolano José Eduardo dos Santos, visitou o Brasil por ocasião da posse do Presidente Fernando Collor de Melo. Em outubro do mesmo ano, mediante o Decreto nº 99.558, Collor promulgou o Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Brasil e Angola, o qual datava de 11 de junho de 1980.

Entre 8 e 15 de setembro de 1991, o Presidente Collor de Melo esteve em quatro países africanos, inclusive Angola (além de Namíbia, Moçambique e Zimbábue), numa tentativa de manter as relações com esses países. Em discurso proferido no dia 9 de setembro, em Luanda, Collor afirmou que "sempre nos motivou a

estrita fidelidade a compromissos assumidos entre parceiros iguais; sempre nos guiou nossa tradição de cooperação e solidariedade". (COLLOR DE MELO, 1991b, p. 123).

Nessa ocasião, os dois Presidentes assinaram o Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional, que previa o recebimento de estudantes angolanos (da graduação e da pós-graduação) em universidades brasileiras, mediante o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação (Programa PEC-PG). Desde 1991, cerca de 150 estudantes angolanos têm vindo ao Brasil, a cada ano, para concluir os seus estudos.

Em julho de 1992, em Brasília, foi realizada a V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, que havia sido criada pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica de 1980. Além da delegação brasileira, chefiada pelo Chanceler Celso Lafer e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Luis Felipe de Seixas Corrêa, esteve presente a delegação angolana, composta, especialmente, pelo Ministro do Plano (Emanuel Carneiro), pelo Secretário de Estado da Energia e Águas (Joaquim Quelhas Mota), pelo Secretário de Estado de Geologia e Minas (José Antonio Dias) e pelo Embaixador angolano no Brasil (Francisco Romão de Oliveira e Silva). No discurso de abertura, o Chanceler brasileiro reafirmou o teor das relações bilaterais, de *adaptação criativa* e de uma *visão de futuro*, em que esse relacionamento ganharia dimensões novas, pois a "cooperação com Angola vale-se de programas originais e compensatórios", uma vez que se centrava, inicialmente, em setores como agricultura e educação. Ainda citando o Chanceler Lafer:

> [...] a colaboração brasileiro-angolana se enriquece de maneira gradativa. Abrange hoje iniciativas nos campos da administração pública, da energia, da geologia, dos transportes e comunicações, da cooperação militar e da infra-estrutura. O treinamento de recursos humanos e a cooperação técnica são características marcantes desta nova etapa do relacionamento bilateral. (LAFER, 1992b, p. 13).

Nesse encontro, foram assinados os Protocolos de Intenção nas áreas de Cooperação Econômica, Comercial, Financeira e Técnica, relacionados ao petróleo. Ambas as delegações manifestaram-se a favor do aprofundamento da parceria Petrobrás/Sonangol, pois viam que esse seria "o sustentáculo das relações comerciais entre os dois países" (ATA, 1992, p. 16). A questão da dívida bilateral e de novos créditos também foi discutida, quando se optou pela continuidade das negociações entre os Bancos do Brasil e o Nacional de Angola. Os Acordos referentes à agricultura direcionaram-se para a concretização de um pólo de produção de hortaliças em Angola, a ser levada a efeito em parceria, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela EMBRAPA.

Foram assinados, ainda, Protocolos de Intenção nos domínios de Energia Elétrica e Águas, Geologia e Minas, Indústria (SENAI e Ministério da Indústria de Angola), comércio, turismo e hotelaria (projeto do SENAC), além de transportes e comunicações. Na área da Cooperação Educacional, Cultural, Esportiva e Apoio à Criança, foi acordada a continuidade do intercâmbio nos ensinos básico médio, técnico-profissional e superior, com a previsão de envio de professores brasileiros a Angola, bem como o fornecimento de livros didáticos e de prestação de serviços, para a criação do Instituto para o Desenvolvimento da Educação. Na área de formação profissional estabeleceu-se a cooperação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com vistas à formação de técnicos angolanos.

Durante o Governo de Itamar Franco, em 1994, houve o relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, além da participação brasileira nos debates junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas com relação aos conflitos que atingiam o continente africano, particularmente Angola. Frente à questão da guerra civil angolana, o Brasil, segundo as palavras do Chanceler Fernando Henrique Cardoso, "apóia a legitimidade da eleição que deu vitória ao MPLA [*em 1992*]. A Unita deve respeitar o resulta-

do das eleições e contribuir para a normalização da vida político-administrativa do país. Esperamos o reconhecimento do governo angolano pelos EUA como ato capaz de ajudar a reconciliação nacional". (CARDOSO, 1993a, p. 07).

Em agosto de 1993, sob a organização do Centro de Estudos Estratégicos/ Ministério das Relações Exteriores, foi realizada uma conferência que tratou do tema "As Relações entre Brasil e Angola". Esse evento reuniu, dentre outros, o Embaixador de Angola no Brasil (Francisco Romão de O. Silva), o Embaixador-Chefe da Divisão de África II do Itamaraty (Jorge D'Estragnolle Taunay Filho), o Diretor da Odebrecht Internacional (Luciano do Rego Filho), o Vice-Presidente da Petrobrás Internacional S.A. (José Coutinho Barbosa) e o Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (Fernando Mourão). Na conclusão do Documento de Trabalho que resultou desse encontro, consta:

> As razões para o relacionamento entre Brasil e Angola não devem restringir-se aos laços culturais, por mais importantes que sejam. Para que o relacionamento seja mais forte e duradouro, temos de investir mais nos aspectos econômicos com fórmulas criativas para superar os problemas internos dos dois países, que têm um enorme potencial de crescimento. (PUNGS, 1993, p. 36).

Em agosto de 1995, durante a visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Brasília, foi assinado o Acordo para o reescalonamento da dívida angolana com o Brasil. Fato semelhante já havia acontecido em dezembro de 1990, quando o Memorando de Entendimento cedeu, a Angola, créditos no valor de US$117 milhões.

Como Presidente, Fernando Henrique Cardoso visitou Angola (e África do Sul), entre 24 e 28 de novembro de 1996, com o intuito de reverter o decréscimo das relações econômicas com aquele país e o continente. O próprio Itamaraty buscou empreender uma atualização dessas relações, como pode ser constatado nas palavras do Chanceler Luiz Felipe Lampreia:

> Uma política africana de resultados nos planos político, econômico e de cooperação parte dos muitos elementos de identidade entre o Brasil e África e da contribuição cultural e étnica do continente africano em nossa formação como nação soberana e independente [...] nosso compromisso com as relações Brasil-África é firme. A África é um objetivo insubstituível da diplomacia brasileira. [...] E, porque as relações com a África devem ir mais além do campo econômico, estamos propondo aos nossos parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas iniciativas políticas, com reflexo potencial positivo na área de cooperação e alta visibilidade de opinião pública interna e internacional. (LAMPREIA, 1996, p. 17).

Em maio de 1999, em Luanda, foi assinado o Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços, que passava a permitir o trânsito livre, em ambos os territórios, dos cidadãos dos dois países que fossem portadores de passaportes diplomáticos e de serviços. Esse Acordo, que viria a ser promulgado em setembro de 2000, mereceu um redimensionamento em julho de 2000, mediante a assinatura do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços no âmbito da (CPLP). Por seu turno, o Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, assinado em 14 de novembro de 2000, em Brasília, previa a implementação de ações conjuntas na área da segurança pública por meio de Ajustes Complementares, que eram fundamentados no Acordo de Cooperação de 1980. Esse Protocolo envolvia os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países, Ministério da Justiça do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério do Interior de Angola.

Ainda nesse sentido, em 1º de agosto de 2002, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação de 1980, na área da educação; seu propósito seria o de desenvolver o Programa "Escola para Todos", e possibilitar visitas de técnicos brasileiros a escolas angolanas. Esse documento foi reiterado em novembro de

2003, mediante o Memorando de Entendimento, que redimensionou as atividades nessa área, entre Brasília e Luanda, com o propósito de dinamizá-las, a partir de janeiro de 2004.

De todo modo, pelas vias comerciais, as relações com Angola continuavam a decair. Relações comerciais relevantes, de fato, durante os anos 1990, deram-se com a continuidade das atividades da Construtora Norberto Odebrecht em território angolano; a atuação da Petrobrás; e a parceira que havia junto à Câmara de Comércio Brasil-África (SANTANA, 2003, p. 181). No que concerne às atividades da Construtora Norberto Odebrecht em Angola, é importante ressaltar que se tratou de um relacionamento comercial bem-sucedido desde os anos 1980, por intermédio da utilização das *countertrades*. Esse mesmo autor enumera as razões desse sucesso:

> Diversos fatores contribuíram para o êxito dessa empresa em território angolano. Além do forte apoio governamental, identificamos o bom relacionamento entre os dois países, a língua comum, a planejada integração e parceria no mercado local, o investimento na capacitação tecnológica e gerencial das equipes, a aplicação de modernas formas de gestão e uma desenvolvida capacidade de mobilizar pessoas, recursos estratégicos, financeiros e políticos, com vistas a atingir seus objetivos. (SANTANA, p. 182).

Durante os anos 1990, a atuação dessa empresa em Angola efetuou-se por meio dos projetos de reconstrução da infra-estrutura angolana, a maioria contratada por órgãos do governo.[5] É fundamental citar, também, a parceria Petrobrás-Sonangol, pela relevância do setor petrolífero na economia angolana, uma vez que ele representa, aproximadamente, 40% do PIB do país e perto de 90% das rendas do governo.[6] Além disso, Angola é o segundo maior produtor de petróleo africano (fica atrás, apenas, da Nigéria), e a maior parte de sua produção é oriunda do Bloco Zero, no território de Cabinda.

A Petrobrás, por intermédio da sua subsidiária Braspetro, tem atuado em Angola desde 1979, quando adquiriu 17,5% de participação na fase exploratória do Bloco 2, na Bacia do baixo Congo; essa participação foi ampliada para 27,5%, em 1987. Durante a década de 1990, a produção dessa empresa, no território angolano, atingiu o pico de 115.000 bpd (em julho de 1997). Em 2000, as atividades da Braspetro foram incorporadas à *holding* Petrobrás, face às mudanças que ocorreram no modelo de gestão da empresa. Em 2002, a existência institucional da Braspetro tornou-se desnecessária; em seu lugar, assumiu a Petrobrás Internacional. A produção acumulada do Bloco 2, em dezembro de 2001, foi de 352 milhões de barris, perfazendo os 100% da capacidade desse bloco. Durante o ano seguinte, as atenções da Petrobrás em Angola voltaram-se para o Bloco 34,[7] no qual a empresa obteve a participação de 15% no conjunto de uma parceria com a Sonangol, a Norsk Hydro, a Shell e a Philips.

Entre as empresas brasileiras que encabeçam as exportações para Angola, com negócios que atingem a faixa entre US$10 e 50 milhões, durante o período em estudo, estão a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Nigata Comércio Internacional Ltda; e D.S. & H.A. Logística-Importadora e Exportadora S.A., conforme indica o relatório da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, do ano 2002. Mesmo com a potencialidade do intercâmbio comercial, houve um decréscimo significativo nesse, excetuando-se a atuação das empresas brasileiras Braspetro e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Assim, a análise das respectivas conjunturas indica que não houve o fim dessas relações bilaterais, mas sim uma adaptação, calcada num redimensionamento. Para Santana, em consonância com Saraiva (1996), a política brasileira para a África persistiu de maneira seletiva, com "prioridades precisas e bem delimitadas no continente" (2003, p. 176). Fernando Henrique Cardoso, no decorrer

da sua gestão no Itamaraty, argumentou que a "[...] política africana do Brasil chegou à fase adulta e que [*a política africana do Brasil*] saberá se adaptar aos novos tempos" (1994, p. 259).

É nesse compasso que as relações com Angola foram-se mantendo. Se, pelo lado econômico, elas decaíram significativamente, por outro, a continuidade do contato entre os dois países deve ser entendida mediante a análise da evolução político-cooperativa dessas mesmas relações, inseridas na nova realidade internacional. O Embaixador angolano em Brasília, Francisco Romão de Oliveira e Silva afirmou que a vertente principal da cooperação bilateral

> [...] reside na exploração das vantagens da similaridade das condições geoclimáticas, das potencialidades no campo das tecnologias intermediárias e do ambiente de convergência propiciado pelo diálogo político. As adversidades impostas pela conjuntura internacional têm sido sabiamente contornadas por programas originais que se demarcam *de* esquemas pesadamente burocráticos, quase sempre responsáveis pela não-viabilização de projetos objetivos e práticos. (OLIVEIRA e SILVA, 1993, p. 5).

A visita do Chanceler Lampreia a Angola, realizada em maio de 1999, deve ser entendida como uma tentativa objetiva de qualificar as relações entre os dois países. Em agosto de 2002, no Seminário "Política Externa do Brasil para o Século XXI", realizado pela Câmara dos Deputados, em Brasília, a Embaixadora brasileira Irene Vida Gala (2003, p. 357) referiu-se à necessidade de o Brasil garantir presença na nova estruturação internacional, especialmente sobre um eixo político Norte-Sul, no qual, de um lado, estaria a África e, de outro, a América Latina. A relevância de Angola na política externa brasileira figura exatamente nesse âmbito, como país-irmão, como parceiro político-econômico, e também como Estado-membro da CPLP. Concluiu a Embaixadora que Angola,

> [...] é o principal parceiro brasileiro na África. Os volumes do comércio bilateral não são os maiores no continente. Mas há um grande volume de petróleo que o Brasil recebe de Angola e que está contabilizado não nos fluxos comerciais, e sim nos fluxos financeiros. O petróleo angolano é enviado para o Brasil a fim de saldar os pagamentos do principal e dos juros da linha de crédito que Angola mantém com o Brasil. [...] Graças à linha de crédito [...] empresas brasileiras, em particular [...] Odebrecht, conseguiram conquistar uma fatia expressiva do mercado angolano de construção civil em obras de infra-estrutura. (GALA, 2003, p. 363).

A potencialidade do intercâmbio comercial, contudo, faz com que as relações entre os dois países mantenham-se, num ritmo de amadurecimento e adaptação, em termos de cooperação técnica, coordenação política e parcerias sociais.

## Relações Bilaterais Indiretas

As *relações bilaterais indiretas* devem ser entendidas nesse contexto de amadurecimento e não interrupção dos contatos. Nota-se claramente o desempenho gradativo do Itamaraty junto a tais foros, independentemente da política externa que era adotada pelos respectivos governos. Mais uma vez, o Itamaraty esteve à frente da manutenção das relações de Brasília com Luanda, expondo uma atuação madura e uma visão de longo prazo.

Assim, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, como uma organização multilateral que deveria privilegiar a cooperação entre os seus membros, todos eleitos pela língua comum, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, posteriormente, Timor-Leste.

A idéia de se levar a efeito uma aproximação entre países que tivessem afinidades históricas e culturais vem da década de 1960 (e do próprio teor do Tratado de Amizade entre Brasil e

Portugal, de 1953). Nos anos 1960, o governo português propôs a constituição de uma "Comunidade Luso-Brasileira", no intuito de levar o Governo brasileiro a rever algumas das atitudes que vinham sendo tomadas nas Nações Unidas contra o colonialismo daquele país; ao mesmo tempo, buscava-se reforçar as relações bilaterais. Todavia, nem o governo militar, muito menos o Itamaraty foram favoráveis a essa idéia.

A Embaixadora Irene Vida Gala refere que, no período compreendido entre as independências das colônias portuguesas e a criação da CPLP, "... as relações do Brasil com esses novos países concentravam-se sobre o eixo Brasília-Luanda" (2003, p. 366). Estaria justificada, assim, a relevância da CPLP no relacionamento bilateral.

É no contexto de reorganização internacional do final da década de 1980 e início dos anos 1990 que a idéia de se instituir uma comunidade lusófona volta a ser foco de atenção, especialmente por parte do Brasil. Cambeses Júnior destaca a relevância da identidade cultural nesse contexto:

> [...] no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à [*pergunta*] mais elementar que os seres humanos podem formular: quem somos? Os povos estão definindo-*se* a si próprios em termos de religião, linguagem, história, valores, costumes e instituições [...] estão utilizando a política, não somente para promover seus interesses, como também para definir suas identidades. (2002, p. 160).

O traço marcante da década de 1990, desse modo, foi a revalorização do fenômeno cultural, em contraponto à contenção imposta pelas ideologias. Logo, a iniciativa e a constituição propriamente dita da CPLP sintonizam com esse contexto, no qual a cultura foi alvo de redimensionamento quando passou a ter contornos políticos e econômicos.

Uma primeira sinalização para o que viria a ser, posteriormente, a CPLP foi dada durante o pronunciamento do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, em visita que realizou a Cabo Verde, quando sugeriu que:

> O negócio mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados pela África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas freqüentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais...(GAMA, 1983).

O passo inicial para a criação da CPLP, concretamente, ocorreu em 1989, na capital do Maranhão, São Luís, quando o Presidente brasileiro José Sarney reuniu os Chefes de Estado e de Governo de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Representante Especial do Presidente de Angola. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cujos objetivos seriam o de defender e promover o idioma; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, pesquisa e intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; e difundir o Acordo Ortográfico**.**

A cooperação mediante a difusão da língua portuguesa não era o único objetivo da aproximação desses Chefes de Estado naquele momento, mas sim, o estabelecimento de relações entre pares, com língua e história comuns e estágios de desenvolvimento econômico semelhantes. O Presidente Sarney, em seu discurso, sintetizou os propósitos daquela reunião:

> A língua portuguesa deve ser, acima de tudo, reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural de nossos povos. Um fator de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento [...] Estaremos, igualmente, reconhecendo que os espaços nacionais são, hoje, insuficientes para a expansão plena das potencialidades da ciência e da tecnologia, e que a língua pode ser um fator vivo de progresso. (SARNEY, 1989, p. 42).

Além dos objetivos que diziam respeito à promoção da defesa da língua portuguesa e das relações culturais entre os Estados-membros, o processo de criação da CPLP passou, durante o Governo do Presidente Itamar Franco, a abrigar nítidos objetivos de ordem política. Saraiva esclarece que:

> O tempo das coalizões de "geometria variável", para utilizar expressão corrente da diplomacia ao se referir à expansão de associações entre países com objetivos afins, parecia oportuno, na percepção dos arquitetos da CPLP, para agregá-la à ZOPACAS e à Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral. (SARAIVA, 1996, p. 228).

Nesse enredo, em fevereiro de 1994, reuniram-se, em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países fundadores da CPLP. Foi nesse momento que eles decidiram recomendar a seus Chefes de Estado a realização de um encontro com o intuito de elaborar o ato constitutivo da Comunidade, além de estabelecer um *Grupo de Concertação Permanente* (com sede em Lisboa), a ser integrado pelo Diretor-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e pelos Embaixadores dos demais seis países, creditados na capital portuguesa. As atividades desse Grupo referiam-se à preparação do encontro constitutivo da Comunidade. Como resultado das 22 reuniões realizadas pelo Grupo, houve o estabelecimento da Declaração Constitutiva da CPLP e dos Estatutos da Comunidade.

Em junho de 1995, em Lisboa, os Ministros (de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros) dos sete países reuniram-se novamente, enquanto reiteravam os compromissos que haviam assumido em Brasília no ano de 1994. O Grupo passou a ser denominado, a partir daí, de *Comitê de Concertação Permanente*. Recomendou, também, a previsão de abril de 1996, para a realização da Cimeira constitutiva da Comunidade.

O primeiro encontro desse Comitê ocorreu em novembro de 1995 e, nas sete reuniões que o seguiram, foi dada continuidade aos trabalhos de constituição da CPLP. Em abril de 1996, em Lisboa, os Ministros, além de reafirmar os compromissos assumidos na Reunião Ministerial de Lisboa, entraram em acordo sobre os objetivos e os princípios da constituição da Comunidade. Em 17 de julho desse mesmo ano, também em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países-membros assinaram a declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em 20 de maio de 2002, com a conquista da independência, o Timor-Leste tornou-se o oitavo membro da CPLP.

Como órgãos da Comunidade, foram estabelecidos: a Conferência dos Chefes de Estado e Governo (com a previsão de se reunirem uma vez a cada dois anos); o Conselho de Ministros (uma vez por ano); o Comitê de Concertação Permanente (que se reúne ordinariamente em Lisboa, uma vez por mês); e o Secretariado Executivo (principal órgão executivo da Comunidade, responsável pela implementação das deliberações emanadas dos demais órgãos). Em 2002, na 4ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CLPL, realizada em Brasília, foram constituídas também a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação e as Reuniões Ministeriais. Como sede da CPLP, foi estabelecida a cidade de Lisboa, Portugal, conforme do Acordo entre o Governo português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em julho de 1998, e ratificado em março de 1999. Nesse documento, dentre outros aspectos consta:

> Artigo 2º – A CPLP possui personalidade jurídica e goza da capacidade necessária para exercer as suas funções e atingir os seus objetivos, em particular contratar, adquirir e alienar bens móveis, e para ser parte em juízo.
>
> .....
>
> Artigo 9º – Os funcionários do Secretariado Executivo gozarão, dentro do território português, das seguintes imunidades e privilégios: a) Imunidade de jurisdição relativamente aos atos [...]; b) Imunidade de retenção e inspeção de objetos destinados ao uso oficial do Secretário Executivo [...]; c) Isenção da obrigação de prestação pessoal de quaisquer serviços públicos. (ACORDO, 1999, s/p).

Em uma perspectiva cultural, a CPLP pode ser interpretada como uma resposta à globalização que imperou nos anos 1990 (com a internacionalização da economia). Esse cenário levaria à necessidade de se criar uma "nação cultural", segundo o ponto de vista do autor português Sobral, na qual:

> ... a evidência de uma identidade cultural lusófona no espaço luso-afro-brasileiro ou, se quisermos, o reconhecimento duma grande cultura comunicacional que tem a maioria dos seus comungantes ao sul do Equador, deveria ser reconhecida naquele 'conceito estratégico' de defesa nacional [coesão interna através do fortalecimento da consciência nacional e desenvolvimento dos valores éticos, morais e culturais] apesar da descontinuidade geográfica. E é, sem dúvida nenhuma, justificação suficiente para a constituição duma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (SOBRAL, 1997, p. 377).

A idéia fundamental que rege a atuação da CPLP pode ser interpretada como a de uma comunidade cuja atuação deva ser um *lócus* de interseção entre vários processos de integração regional que estariam em curso, a saber: a União Européia, o MERCOSUL, a Southern Africa Development Community (SADC) e a Common Market of Eastern and Southern Africa (COMESA), os quais

tenderiam a interagir. O então Chanceler Fernando Henrique Cardoso declarou, em 1993, que a CPLP não seria

> ... movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. (CARDOSO, 1993b, p. 220).



Nota-se, claramente, que os objetivos de ordem político-econômica e, até mesmo, diplomática estiveram lado a lado daqueles de ordem cultural no processo de criação da CPLP. Tal constatação pode ser verificada pela enumeração dos principais objetivos da Comunidade, no Artigo 3º de seus Estatutos (revisados em São Tomé/2001, e Brasília/2002). Nele, encontram-se os pilares da Comunidade:

> Art. 3º. [...] a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;
>
> b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
>
> c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. [8]

O primeiro objetivo denota que a Comunidade foi constituída numa tentativa de os Estados-membros buscarem uma *inserção internacional conjunta*, notadamente no que se refere aos demais organismos internacionais, nos quais há uma tendência a serem tratados grandes temas (como meio ambiente, crime organizado, direitos humanos, reforma das Nações Unidas e integração econômica). Essa inserção internacional conjunta não se dá, exclusivamente, por meio de posições concertadas; ela se dá, também, mediante "...uma identidade comunitária que reforce a posição negociadora individual de cada um", conforme afirmou o Chanceler Lampreia, no discurso na abertura da Reunião Ministerial da CPLP, realizada em julho de 1997.

É possível justificar a iniciativa brasileira de criar essa Comunidade por várias razões. O Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, assinado em novembro de 1953, pode ser observado como o fundamento que estabeleceu, publicamente, os interesses em constituir uma comunidade luso-brasileira. Esses mesmos interesses podem ser verificados na iniciativa do Presidente Sarney, em 1989, que resultou na criação do IILP.

Em 2002, no Seminário "CPLP: Oportunidades e Perspectivas",[9] o Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Lafer, destacou que a CPLP haveria de ser uma "... orientação estratégica da política externa brasileira em sua dimensão mais universal e positiva". Assim, a presença brasileira na CPLP procurou, desde sempre, dar novo valor às relações do país com os demais componentes da Comunidade, dentre eles, Angola. Tal postura transparece no discurso do Chanceler Lafer, quando ele reitera:

> ... o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade [...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas.

> A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam. (LAFER, 2002, s/p).

A existência da Comunidade afetou a dimensão bilateral das relações entre seus membros; no que tange ao Brasil e a Angola, ela as redimensionou, essencialmente no âmbito da cooperação. A partir de 1996, nota-se claramente que a relação brasileiro-angolana foi adaptada, positivamente, no contexto da CPLP; os contatos sofreram impulso gradual da cooperação entre as respectivas sociedades civis, de maneira especial no que concerne às ações do governo brasileiro, em parceira com entidades da sociedade civil, para a sociedade angolana.

Por um lado, o Brasil, na CPLP, buscou constantemente demonstrar preocupação e interesse na resolução da guerra civil angolana, por considerá-la como ponto-chave para a reconstrução daquele país. Isso pode ser verificado, por exemplo, no pronunciamento do Embaixador brasileiro na CPLP, Ivan Cannabrava, na 4ª Reunião dos Ministros da CPLP, realizada em julho de 1999, quando ele afirma que:

> Lamentavelmente, a situação em Angola não teve o desenvolvimento que todos esperávamos. O empenho do Governo José Eduardo dos Santos para dar andamento às estipulações do protocolo de Lusaka foi inviabilizado pela obstinação de Jonas Savimbi. A CPLP tem a responsabilidade de pronunciar-se sobre a crise angolana e de identificar, com clareza, a UNITA de Jonas Savimbi como a grande responsável pela deterioração do processo de pacificação. Creio, ademais, que a CPLP deve ter a preocupação de manter-se como foro diplomático útil para todos os angolanos comprometidos com a paz, deixando clara a seriedade de nossos compromissos e a nossa disponibilidade para continuarmos a ser o fiel intérprete das melhores aspirações do povo angolano junto à comunidade internacional. (CANNABRAVA, 1999, s/p).

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, na 3ª Conferência dos Chefes de Estado da Comunidade, que se realizou em julho de 2000, deteve-se a enumerar os desafios que deveriam ser enfrentados para a consolidação da CPLP, dentre eles, a concretização da paz em Angola: "é mais que hora de Jonas Savimbi receber uma mensagem clara sobre a vontade da comunidade internacional em assegurar o fim do conflito". Tal postura brasileira também emana das Missões de Paz das Nações Unidas em Angola, a serem adiante apresentadas. A própria Organização das Nações Unidas, em 1998, reconheceu a importância da CPLP ao propor, mediante a A/RES/54/10(1998), o status de *observador* junto a CPLP.

Concretamente, em julho/agosto de 2002, ocorreu a 4ª Conferência dos Chefes de Estado da CPLP, em Brasília. Como resultado, foi criado o Fórum Empresarial, com o objetivo de aproximar as sociedades civis de cada Estado-membro; foi assinado, também, o Acordo de Cooperação em matéria de HIV/AIDS entre todos os membros. Nessa mesma Conferência, o Brasil assumiu a Presidência da Comunidade para o biênio 2002/2004.

Percebe-se que o Brasil efetivou ações na área da cooperação técnica com Angola, via CPLP, exatamente em sintonia com os termos da cooperação Sul-Sul que já estava evidenciada na formulação da política externa brasileira. Em colaboração com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) brasileiro participou da implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Cazenga, (região metropolitana de Luanda), no ano de 1999.[10] No âmbito do combate ao tráfico internacional de entorpecentes, foi assinado um Acordo entre os países-membros da CPLP.[11] Na área da saúde, especialmente no que se refere às doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas o HIV/AIDS, o Brasil implantou, no ano de 2002, em Luanda, um projeto voltado para a diminuição da transmissão materno-infantil.[12] Com o apoio da UNESCO, o Brasil implantou o projeto

"Portal do Livro": um banco de dados com cerca de 30 mil publicações científicas, o qual está disponível a todos os Estados-Membros. Outra iniciativa brasileira na CPLP refere-se à ampliação para os estudantes de todos os países de língua portuguesa, do projeto de bolsas de estudos a estudantes da graduação e pós-graduação, o qual, anteriormente, destinava-se unicamente aos acadêmicos angolanos.

Devem também ser destacadas as iniciativas da Pastoral da Criança, um organismo de Ação Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), criado em 1982. As atividades dessa entidade voltam-se para a diminuição da mortalidade infantil mediante a realização de trabalhos nas áreas de nutrição, saúde e educação da criança e da mãe.

Efetivados no âmbito da CPLP, pois Moçambique também está incluído no programa, os contatos daquele organismo, em Angola, tiveram início em 1996 com a visita da Dra. Zilda Arns, coordenadora da Pastoral. Em 1996, essa Pastoral foi implantada nas Dioceses de Benguela e de Luanda; iniciou-se, ao mesmo tempo, o treinamento de agentes locais. Em 1999, líderes comunitárias angolanas vieram ao Brasil para realizar cursos de capacitação. Em 2001, aconteceu uma reunião entre as coordenadorias das Pastorais de Brasil, Angola e Moçambique, com a intenção de implementar uma cooperação regional. No mesmo ano, novos agentes angolanos participaram de cursos de capacitação no Brasil.

Em 2002, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou duas missões diplomáticas para Angola, que veio a possibilitar o contato das autoridades angolanas com as coordenadorias da Pastoral, bem como o envio de missionárias brasileiras com o intuito de institucionalizar as atividades da Pastoral em Angola.[13] Não é difícil perceber que a parceria Brasil-Angola, em relação às atividades da Pastoral da Criança, tem fundamental relevância para a projeção de tais atividades para os demais Estados-Membros da CPLP, como já vem acontecendo com Moçambique.

## Considerações finais

Períodos marcados ora por uma aproximação mais intensa, ora por uma diminuição de contato fazem parte da dinâmica das relações entre Brasil e Angola. Como todas as relações entre Estados, as relações aqui retratadas caracterizam-se por um conjunto de interesses, prioridades e posicionamentos díspares. São esses aspectos que vão determinar, junto com a situação política interna, o grau de aproximação e de cooperação que vai prevalecer entre os dois países.

Brasil e Angola estão historicamente ligados desde quando integravam o império português, no século XVI, no qual tinham diferentes funções no processo de exploração e colonização. A língua e a cultura comuns aproximaram os dois países e se constituíram na base para o posterior e efetivo estabelecimento das relações.

Mesmo com a diminuição da intensidade comercial, entre 1990 e 2002, as relações Brasil-Angola sustentaram-se de forma diferenciada, por meio de novas vias de entendimento bilateral. Como as respectivas situações internas divergiam em complexidade, uma vez que, por um lado, havia a busca brasileira por estabilidade econômica; e, por outro, a continuidade da guerra civil angolana, poder-se-ia supor que as relações econômicas entre Brasília e Luanda tenderiam automaticamente a diminuir. A isso, deve ser somada a situação internacional de globalização e reestruturação econômica.

Se, de fato, houve uma diminuição nos contatos econômicos, nota-se que, no entanto, as relações bilaterais se adaptaram às novas conjunturas internas e externas, numa espécie de amadurecimento e ajuste de cada uma das políticas externas. A política brasileira para Angola persistiu de maneira seletiva, com prioridades precisas e bem delimitadas. É exatamente nos termos em que o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso, em 1993, se referiu à "fase adulta" da política [*externa*] brasileira, que "saberá se adaptar aos novos tempos" (CARDOSO 1993b, p. 259).

Torna-se inarredável, pois, analisar as relações bilaterais no período sob duas vertentes distintas, porém complementares entre si: por um lado, as *relações bilaterais diretas*, nas quais o contato consolidou-se diretamente entre Brasília-Luanda mediante o relacionamento entre Ministérios e Presidentes, especialmente via as visitas presidenciais e dos Acordos e Protocolos de Intenção, nas mais diversas áreas de cooperação técnica. Na área econômica, apesar da diminuição dos contatos comerciais, merece análise a presença da Construtora Norberto Odebrecht em território angolano; e a atuação da Petrobrás, por intermédio dos Acordos com a Sonangol. Por outro, as *relações bilaterais* foram *indiretas*, multilateralmente intermediadas e mais intensas, efetivadas tanto no cenário regional quanto no cenário mundial.

Neste estudo, assim, optou-se por analisar, com maior enfoque, as *relações bilaterais indiretas,* que se consolidaram nas órbitas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Isso porque se parte do princípio de que esse foro internacional, recentemente instituído e em fase de institucionalização, mostra-se mais rico em significados para o estudo das relações bilaterais em pauta. De maneira mais destacada, nos debates e acordos resultantes dos encontros da CPLP foi possível constatar um nítido acercamento brasileiro-angolano, em especial no que concerne à cooperação – técnica ou sócio-educativo-cultural –, que foi levada a efeito com o apoio da sociedade civil brasileira.

O interesse mútuo na manutenção das relações bilaterais (sejam *diretas* ou *indiretas)*, emanada nas palavras do Embaixador brasileiro Renier Pungs, por ocasião do Seminário Relações Brasil-Angola:

> As razões para o relacionamento entre Brasil e Angola não devem restringir-*se* aos laços culturais, por mais importantes que sejam. Para que o relacionamento seja mais forte e duradouro, temos de investir mais nos aspectos econômicos com fórmulas criativas para superar os problemas internos dos dois países, que têm um enorme potencial de crescimento". (PUNGS, 1993, p. 36).

A retomada da relevância dessas relações pode ser percebida, da mesma forma, pela atual agenda externa brasileira: o Governo Lula da Silva tem buscado redirecionar a política externa brasileira para Angola (e África em geral), numa espécie de retomada das *relações bilaterais diretas*. Isso fica evidenciado nas subseqüentes visitas presidenciais ao continente africano, que vem sendo realizadas desde 2003.

O interesse da política externa brasileira pela África tem sido reafirmado constantemente pelo Chanceler Celso Amorim, quando ele especifica que o objetivo do país refere-se muito mais à cooperação direta do que a uma estratégia global, na qual Angola se localiza destacadamente (2003, s/p). O próprio Presidente Lula da Silva afirmou tal prioridade, em 2003: "... o desenvolvimento de Angola se refletirá em benefícios também para o Brasil, e vice-versa" (SILVA, 2003, s/p). Em particular, no que se refere aos acordos entre a Petrobrás e a Sonangol, tem-se notado um sério comprometimento por parte de ambos os governos, no sentido de aprofundar esse intercâmbio.

Não cabe, aqui, supor que este tema tenha encontrado o seu esgotamento no presente estudo. Cabe, isso sim, apresentar esta reflexão como mais um ponto que leve a tantos outros novos trabalhos, os quais possam vir, também academicamente, a aproximar os dois países.

**Relations Brazil-Angola after the Cold War (1990-2002)**

**Abstract.** The article brings reflections about Brazil-Angola relations between 1990 and 2002, through the analysis of two facts influencing the content of these contacts in the post-Cold War: the internal situation had strongly affected these countries' external actions. Thus, by the relevant adaptation of these bilateral contacts, this work points these bilateral relations as *direct* and *indirect*. The last were accomplished via multilateral, especially in the scope of the Community of the Countries of Portuguese Language (CPLP).

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy. Brazil-Angola Relations. Community of Portuguese Language Countries (CPLC).

## Notas

[1] MELO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In: GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. v. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, 2000. (p.345-391)

[2] Para maiores esclarecimentos sobre as relações Brasil-Angola no período 1975-1990, ver a Dissertação de Mestrado "Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral" (1990-2002), da autora, junto ao Programa de Mestrado Interdisciplinar de Relações Internacionais da UFRGS.

[3] Para maiores esclarecimentos sobre a posição brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no período em estudo, ver o capítulo 4.3.1 Organização das Nações Unidas, da Dissertação de Mestrado "Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral (1990-2002), da autora.

[4] Também foram analisadas, na Dissertação de Mestrado, as *relações bilaterais indiretas* tidas no âmbito das Nações Unidas e da ZoPACAS, que não serão retratadas no presente artigo.

[5] Projetos da Construtora Norberto Odebrecht S.A. em Angola, no período de estudo: a) 3ª fase do projeto "Águas de Luanda", em Luanda; b) "Programa de Saneamento", em Luanda; c) "Condomínio Atlântico Sul", em Luanda; d) "Centro Cultural Agostinho Neto", em Luanda; e) "Desenvolvimento Diamantífero de Lunda Norte", em Lunda Norte; f) "Desenvolvimento Diamantífero de Lunda Sul", em Saurimo; g) "Hidrelétrica de Capanda", em Capanda; h) "Águas de Benguela", em Benguela; h) "Projeto Habitacional Luanda Sul", em Luanda; e i) "Exploração do Bloco 16", no Norte de Luanda.

[6] Conforme dados constantes em *Angola Country Analysis Brief*. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/angola.htm> Acesso em: 02 jun.2005.

[7] Para maiores informações sobre a atuação da Petrobras em Angola, acesse: <http://www.petrobras.com/ptcm/appmanager/ptcm/dptcm?_nfpb=true&_pageLabel=petr_com_mundo_pais&idConteudoPrincipal=pais_00017>

[8] Cfe. Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cplp.org.pt/documentos> Acesso em: 10 maio 2005.

[9] Seminário "CPLP: Oportunidades e Perspectivas", realizado em Brasília e promovido pelo Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) e pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), no ano de 2002.

[10] Esses cursos têm duração de três meses e se direcionam, atualmente, a atender aproximadamente a 1.500 alunos por ano. No início, as áreas de formação restringiam-se ao setor da construção civil como alvenaria, carpintaria, instalações hidráulicas, eletricidade predial e mecânico diesel. Posteriormente, foram sendo introduzidos os cursos de informática, panificação e artesanato.

[11] Conforme texto do ACORDO de Cooperação entre os Governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assinado em 18 de julho de 1997. Salvador, 18 jul. 1997. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues?politica_externa?discursos> Acesso em: 08 mar. 2005.

[12] Esse projeto tem se concretizado mediante a capacitação de técnicos angolanos do programa nacional de luta contra o HIV/AIDS e a malária, nas áreas de planejamento e gestão de programas, informação, educação e comunicação em saúde, vigilância epidemiológica e mobilização social.

[13] As atividades dessa entidade têm-se realizado em parceria com instituições locais e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF-Angola). No final de 2002, a Pastoral brasileira já estava atuando em 47 paróquias, com um acompanhamento mensal a 40.500 crianças, 5.735 gestantes, 20.250 famílias, localizadas em 530 comunidades angolanas, com a participação de cerca de 3.375 líderes comunitários.

## Referências

ACORDO de Cooperação entre os Governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assinado em 18 de julho de 1997, em Salvador. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues?politica_externa?discursos>. Acesso em: 08 mar. 2005.

ALMEIDA, Paulo R. de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ANGOLA Country Analysis Brief. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/angola.htm> Acesso em: 02 jun.2005.

ATA final da Comissão Mista Brasil-Angola, de 17 de julho de 1992. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, n. 71, p. 16, 1992.

BRUCAN, Silviu. *La disolución del poder:* sociología de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1974.

CAMBESES JUNIOR, Mário. O Estado: Apreciação sob Quatro Enfoques. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Ano XIX, n. 41, p. 156-165, 2002.

CANANI, Nei. A. G. *Soberania e Desenvolvimento:* a política externa de Itamar Franco (1992/1994). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CANNABRAVA, Ivan. Discurso Embaixador Ivan Cannabrava por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lisboa, 22/07/1999. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/politica_externa/discurso/>. Acesso em: 10 maio 2005.

CARDOSO, Fernando H. Política Externa: fatos e perspectivas. *Política Externa*, v. 2, n.1, s/p, jun.1993a.

_____. O Brasil e a lusofonia. Jornal do Brasil, 25 abril 1993. *Resenha de Política Exterior do Brasil,* n. 72, p.220, 1º semestre, 1993b.

_____. África e o Brasil. Jornal do Brasil, 18 março 1993. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Política externa em tempos de mudança:* a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. MRE/FUNAG, 1994, p. 259.

CERVO, Amado L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45, n. 1, p. 5-35, 2002.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

COLLOR DE MELO, Fernando. Discurso do Presidente Fernando Collor na cerimônia de formatura da Turma de 1990 do Curso de Preparação do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 29 de maio de 1991. *Resenha de Política Exterior do Brasil***.** Brasília, n. 68, p. 139-150,1º semestre 1991a.

_____. Discurso do Presidente Fernando Collor proferido por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Luanda, no dia 9 de setembro de 1991. *Resenha de Política Exterior do Brasil,* Brasília, n. 69, p. 121-123, 2º semestre 1991b.

CORREIA, Pedro de P. *Angola: de Alvor e Lusaka.* Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996.

COSTA E SILVA, Alberto da. *O Vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

_____. Sem a África, o Brasil não existiria: entrevista. *Revista de História,* Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESTATUTO da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cplp.org.pt/documentos> Acesso em: 10 maio 2005.

FIGUEIRA, J. C. A. As atividades da Petrobrás na África. In: *Relações Brasil-África:* um colóquio. Brasília: MRE/Departamento de África e Oriente Próximo/IPRI/IRI, 2002.

FONSECA, Pedro C. D. Políticas sociais e estabilização econômica no Brasil. *Anos 90:* Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, n. 5, p. 45-64, 1996.

GALA, Irene V. Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In: REBELO, A.; FERNANDES, L.; CARDIM, C. H. (orgs.) *Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, p .357-370, 2003.

GAMA, Jaime. Discurso do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Jaime Gama, em visita oficial a Cabo Verde, no ano de 1983. Disponível em: <http://www.cplp.org>. Acesso em: 10 maio 2005.

GUIMARÃES, Samuel P. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

JORGE, Manuel. *Para compreender Angola:* da política à economia. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

LAFER, Celso. Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, no seminário promovido pelo IPRI e pela FUNAG, CPLP: Oportunidades e Perspectivas, em 28/05/2002. Disponível em: <http://www.mre/gov.br/politica_externa/discurso> . Acesso em: 10 maio 2005.

_____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, na cerimônia de abertura da V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, realizada em Brasília, em 15 de julho de 1992. *Resenha de Política Exterior do Brasil,* Brasília, n. 71, p. 13-25, 1992b.

LAMPREIA, Luis Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

_____. Uma diplomacia afirmativa na África. *Correio Braziliense,* Brasília, p. 17, 11 maio 1996.

_____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia na abertura da Reunião Ministerial da CPLP, em 17/07/1997. Disponível em: <http://www.cplp.gov>. Acesso em: 10 maio 2005.

LIMA, Maria Regina S. de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. *América Latina Internacional*. Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 28, 1994.

MALAQUIAS, A. Política Externa Angolana depois da guerra civil: como envolver o Ocidente? *O Mundo em Português*. Lisboa, s/n., p. 5, out. 2002. Disponível em: <http://www.ieei.pt> Acesso em: 05 out. 2003.

MELO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In: GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. v. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, p. 345-391, 2000.

MENEZES, Solival. *Mamma Angola:* sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: Fapesp, 2000.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, Rene. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996. p. 635-399.

NOGUEIRA BATISTA, Paulo. A política externa de Collor: modernização ou retrocesso? *Política Externa*, v. 1, n. 4, p. 106-135, 1993.

OLIVEIRA E SILVA, Francisco. R. de. Memorando sobre a situação político-militar de Angola e as relações entre Brasil e Angola. In: PUNGS, R. *As relações entre Brasil e Angola*. Brasília: CEE – Documento de Trabalho n. 7, 1993, p. 5-6.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio S. (org.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PATRÍCIO, José. *Angola-EUA:* os caminhos do bom senso. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às Relações Internacionais:* temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

PENNA FILHO, Pio. O Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e a África Austral. *Cena Internacional,* São Paulo, Ano 5, n. 2, p. 23-39, dez. 2003.

PEREIRA, Analúcia D. A Política Externa do Governo Collor: a transição para a Nova Ordem Internacional. Disponível em: <http://www.nerint.ufrgs.br/artigos>. Acesso em: 25 maio 2004.

PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaárica. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 5-23, 2000.

POLÍTICA Externa. Democracia. Desenvolvimento. Gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty: agosto de 1993 a dezembro de 1994. Brasília: MRE/FUNAG, 1995.

POLÍTICA Externa Em Tempos De Mudança: a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: MRE/FUNAG, 1994.

PUNGS, Reiner. *As relações entre Brasil e Angola*. Brasília: CEE – Documento de Trabalho n. 7, 1993.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Brasil-África: Notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005). *Afro - Ásia*. Salvador, n. 35, p. 281-314, 2007.

SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 139-195, 2003.

SANTOS, José Eduardo dos. Declaração sobre o 4 de abril, do Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola, em 05/04/2002. Disponível em: <http://www.mirex.gov.an>. Acesso em: 01 fev. 2005.

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África:* a dimensão atlântica da política externa brasileira. Brasília: Ed. UNB, 1996.

_____. O Brasil e a África: encontros e encruzilhadas. *Revista Ciências & Letras:* África Contemporânea: história, política e cultura, Porto Alegre, n. 21/22, p. 115-172, 1998.

SARNEY, José. Discurso do Presidente José Sarney na cerimônia de abertura do Encontro de Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís, em 1º de novembro de 1989. *Resenha de Política Exterior do Brasil,* Brasília, n. 63, p. 42, out/dez 1989.

SILVA, Luis Inácio Lula da. *A política externa do Brasil.* Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SOBRAL, A. M. B. Estratégias políticas da Lusofonia ou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *África:* Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo, n. 20-21, p. 377-381, 1997/1998.

TAUNAY FILHO, Jorge D'Estrangnolle. Entrevista. *Jornal de Angola*, 01 fev. 2004. Disponível em: <http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID+14396> Acesso em: 10 mar. 2005.

VISENTINI, Paulo G. F. *Relações Internacionais do Brasil:* de Vargas a Lula. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.